

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D'OESTE  
ESTADO DO PARANA

L E I N<sup>o</sup> 1 3 3 / 9 6

**SUMULA:** Autoriza o Chefe do Executivo a contratar Operação de Crédito com o Banco do Estado do Paraná S.A., através do FDU - Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

A CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1<sup>o</sup>** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Operação de Crédito até o limite de R\$. 300.000,00 ( trezentos mil reais ), junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., por prazo não superior a 15 ( quinze ) anos, com taxa de juros, atualização monetária e demais condições a serem fixadas em contratos de operações de crédito, podendo as aludidas operações serem contraídas parceladamente.

**PARAGRAFO 1<sup>o</sup>.** - O montante total expresso em R\$. fixado neste artigo, poderá ser atualizado pela Medida Provisória n<sup>o</sup> 1.138, de 28/09/95, publicada no DOU de 29/09/95, ou outro índice que a substituir.

**PARAGRAFO 2<sup>o</sup>.** - Os valores das operações de crédito estão condicionados à Capacidade de Indivíduo do Município, determinada pela Resolução n<sup>o</sup> 69/95, do Senado Federal, ou de outros dispositivos legais que venham a substituí-la.

**Art. 2<sup>o</sup>** - Os recursos advindos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na execução de programas e projetos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei n<sup>o</sup> 8917 e do PARANA URBANO que prevê, entre outros, investimentos visando o desenvolvimento institucional e execução de obras em infra-estrutura urbana, de acordo com as normas operacionais do Banco do Estado do Paraná S.A., e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU.

**Art. 3<sup>o</sup>.** - Em garantia às operações de crédito fica o Chefe do Executivo autorizado a ceder ao Agente Financeiro parcelas do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ou tributo que o substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 4º. - Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Chefe do Executivo poderá outorgar ao Banco do Estado do Paraná S.A., poderes para substar, mandato pleno e irrevogável, para receber e dar quitação no vencimento das referidas obrigações financeiras.

Art. 5º. - O prazo e o esquema definitivo de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Executivo com a entidade financiadora.

Art. 6º. - Anualmente, a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

Art. 7º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e ~~noventa e seis~~.

  
Arlindo Cenci  
Prefeito Municipal

**PUBLICADO**

JORNAL: Cidade

EDIÇÃO: 375 PÁG. 10

DATA: 04/05/96